



## O EMPODERAMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: PERCEPÇÕES DE GESTORES, PROFESSORES E USUÁRIOS.

SOUZA, Janísio Xavier<sup>1</sup>; RODRIGUES, Graciele Massoli<sup>2</sup>

Eixo Temático: Esporte adaptado: participação, recreação e rendimento

### RESUMO

Nas últimas décadas, o termo empoderamento vem ganhando relevância acadêmica e social, passando a fazer parte dos mais diversos campos do conhecimento. O objetivo desse estudo foi investigar projetos e programas de Educação Física e Esporte para pessoas com deficiência que valorizem o empoderamento como estratégia de ensino aprendizagem para seus participantes. Numa perspectiva qualitativa, de caráter descritivo realizamos essa pesquisa com cinco projetos e programas de Atividades Físicas e Esporte para pessoas com deficiência no Brasil que, contemplassem, nas suas propostas pedagógicas, o empoderamento. A seleção desses programas/projetos foi a partir da indicação de especialistas acionados por acessibilidade e por vínculos à Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada. Por meio da análise conteúdo das entrevistas semiestruturadas que foram feitas com cinco (5) coordenadores, dez (10) professores e (10) participantes dos programas, foi possível verificar, que as intervenções realizadas por profissionais de diferentes regiões e realidades do Brasil, embora não explicitamente, têm estratégias de busca de autonomia e propostas de inclusão que implicam em percepções de empoderamento veiculadas pela prática da Atividade Motora Adaptada, tanto pessoal quanto coletivo.

**Palavras-chave:** Empoderamento. Educação Física. Práticas Pedagógicas. Educação Inclusiva.

---

<sup>1</sup> Doutor, USJT- Universidade São Judas Tadeu, São Paulo – São Paulo, jsantista@uol.com.br.

<sup>2</sup> Doutora, USJT – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo – São Paulo, masgra@terra.com.br.



## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o tema empoderamento vem apresentando grande relevância acadêmica e social, passando a fazer parte dos mais diversos campos do conhecimento. Como sempre acontece com novos termos e conceitos, o empoderamento tem frequentado diferentes áreas como: Educação, Qualidade de Vida, Economia, Saúde Pública, Psicologia, entre outras. Pode-se falar, então, numa utilização múltipla do termo. Para Silva e Howe (2012), uma das possibilidades de entender o empoderamento é a partir da mudança do paradigma médico que conceitua deficiência como um problema a ser solucionado que aflora a transformação da “diferença” em “doença” e solapa toda a complexidade inerente à experiência humana de ser “diferente”, promovendo a diferença como inadequada e individualizada. Sob esta perspectiva, a dependência para com profissionais “especializados” é reforçada, aumentando o status social desse profissional e do diferencial de poder entre “especialistas” e “clientes”. Pesquisadores da Educação Física no Brasil como Chicon e Sá (2012), entendem que a inclusão sócio educacional ainda se encontra ligada a aptidão física e muitos professores ainda preferem conceber a Educação/Educação Física, dentro da visão do rendimento físico/biológico e, ao fazê-lo, desconsideram outros significativos e conteúdos produzidos na/pela cultura, inviabilizando uma ação pedagógica que considere o ser em todas as suas dimensões humanas. Ressaltam os autores que, ao fundamentar as aulas na aptidão física, reafirmam aos indivíduos que não apresentam tal condição inicial, a percepção social excludente da incapacidade. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2010), adota uma nova definição para a deficiência, onde ela é vista como o resultado da relação “entre pessoas com deficiência e as barreiras atitudinais e ambientais” (2010, Preâmbulo, letra e) que impossibilitam sua participação irrestrita na sociedade em condição de igualdade com os demais. Podemos considerar que essas situações de participação e relações de igualdade não são dadas, muito pelo contrário, são conquistadas. Por isso, são necessárias estratégias e situações que busquem “empoderar” as pessoas que não são consideradas com direitos a poder se manifestar, posicionar e tomar decisões da sua vida. Com este delineamento, apresentamos o objeto do estudo “o empoderamento de pessoas com deficiência” como um tema pouco explorado na realidade brasileira, especificamente na área de Educação Física e Esporte. Assim, esse estudo compreende o seguinte objetivo geral: investigar os programas e projetos de Educação Física e Esporte para pessoas com deficiência, no contexto e realidade brasileira, que valorizem o empoderamento social, individual e coletivo como estratégia de ensino aprendizagem para seus participantes.

## MÉTODOS

Para o entendimento do objetivo proposto, este estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa qualitativa (Negrine, 2004), sendo realizado com programas de Atividades Físicas e Esporte para pessoas com deficiência a partir da indicação feita por especialistas da Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada (SOBAMA), utilizando a análise de conteúdo (Bardin, 2011) entrevistas semiestruturadas, que foram validadas pela



realização do Estudo Piloto que, depois de analisado, norteou as alterações no roteiro de entrevistas. Adotamos para esta pesquisa, tanto para coleta de dados do “Estudo Piloto” (Thomas; Nelson; Silvermam, 2011), como na realização da pesquisa de campo, a dimensão verbal (fala dos sujeitos - transcrições das entrevistas), a dimensão visual (contexto de onde os sujeitos falam, o lugar onde trabalham e desenvolvem seus saberes e fazeres). Para a obtenção das informações optou-se pela eleição de uma amostra intencional (TURATO, 2005). A eleição das amostras, ou seja, da aproximação dos participantes conosco, se deu em três etapas: 1–Levantamento da indicação de programas por especialistas selecionados por acessibilidade e por vínculos à Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada pertencente à área de Educação Física Adaptada ou inclusiva, em regiões geográficas do país (Norte, Nordeste e Sudeste). 2– A realização de entrevista semiestruturada com um gestor e dois professores de cada programa ou projetos totalizou quinze profissionais que, indicaram dois alunos ou participantes que fizeram ou fazem parte da intervenção. 3 – A realização da entrevista semiestruturada com os alunos ou participantes dos programas ou projetos indicados. As entrevistas foram realizadas no período de agosto a novembro de 2018. Contamos, para esse estudo, com 25 pessoas, que puderam participar conforme o interesse da pesquisa: cinco coordenadores, dez professores e dez alunos dos programas/projeto de extensão universitária. Esses alunos foram estrategicamente selecionados pelos seus coordenadores, por serem consideradas pessoas empoderadas pelo projeto ou programa que participam. Dos dez alunos entrevistados oito possuem deficiência física e dois possuem deficiência visual. Todos jovens ou adultos com idades entre dezenove e cinquenta anos sendo que oito eram do sexo masculino e dois do sexo feminino. O tempo de participação nos projetos/programas no momento da coleta de informações variou entre um e quinze anos. As entrevistas duraram em torno de trinta minutos com cada um os participantes dos programas/projetos e, com os professores e coordenadores, a média, foi de uma hora.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao investigar os projetos/programas, ficou nítido, para nós, o potencial da Educação Física como um instrumento para promover a igualdade social. Os programas de Educação Física, numa perspectiva inclusiva, podem promover a sensibilização sobre as questões da deficiência e outras necessidades especiais, desafiar construções tradicionais sobre as relações sociais e implicações culturais para todas as pessoas envolvidas como sujeito ou ator social, desencadeando, assim, um processo em rede que pode levar ao empoderamento. Mas, para que isso ocorra, é necessário um novo olhar, não linear, da Atividade Motora, da Educação Física e do Esporte, permitindo outras concepção e práticas, buscando mudança nas relações do eu com o outro, acolhendo a diversidade de indivíduos e contando com profissionais sensibilizados para novas realidades educacionais inclusivas. Parece-nos um grande desafio e isso só pode ser consolidado a partir do rompimento dos paradigmas de uma educação padronizada e com a visão homogênea de alunos classificados segundo arquétipos de normalidade de uma sociedade que segrega, exclui e desempodera aqueles que não se enquadram dentro dos padrões



estabelecidos. No decorrer desse processo nos deparamos com diferentes formas de empoderamento: pessoal, social e coletivo. Foi possível perceber professores e gestores numa condição de pessoas empoderadas e, embora de maneira implícita, proporcionando, por meio da Atividade Motora, esse empoderamento para seus alunos e, esses alunos, ao serem capacitados, se tornam agentes do seu processo social e coletivo. Especialistas engajados e imbuídos na mudança de práticas e estratégias como, Moran, Talliaferro e Pate (2014), Hutzler (1990) e Pensgaard; Sorensen (2002), propõem três diferentes modelos de empoderamento para Atividade Motora Adaptada, esses modelos buscam minimizar as barreiras existentes visando as fontes específicas de auto eficácia, adquirindo o controle sobre os interesses pessoais e ambientais e recursos para fornecer competências geralmente privadas na deficiência e aumentar a consciência sobre o perspectiva de empoderamento individual e coletivo. As pessoas envolvidas nessa pesquisa (gestores, professores e alunos), consideram que as barreiras existem tanto para professores, familiares e pessoas com deficiência e isso têm uma influência significativa sobre sua agência em direção a fornecer, promover e/ou participar da programação da Atividade Física. Então, talvez, a utilização desses Modelos de Empoderamento, adaptados para a nossa realidade, possam contribuir para com os programas e projetos na busca de uma Educação Física que vá para além do movimentar e que traga possibilidade de tomar decisões e ser o agente da sua vida em vários contextos. Dessa forma, podemos afirmar que, embora exista a percepção de empoderamento nos programas/projetos, não há uma educação voltada para isso. Outro fator importante a destacar é que, o exercitar na educação física, ou seja, a vivência e experiência de práticas motoras, elaborada por profissionais que entende a sua prática pedagógica como um instrumento de mobilização e capacitação é extremamente necessário. Esse novo olhar do profissional de Educação Física, amplia as possibilidades, de autonomia e relações de “poder”, porém as práticas inclusivas demonstram que nem todos estão incluídos e “aptos” para essa vivência, por isso é necessário as adaptações e estratégias que contemple todos os envolvidos na comunidade de prática. Destaco que, práticas individualistas e que não respeitam a diversidade humana, não ocorrem nos programa/projetos. O que ficou visível foi a busca pela autonomia, pela independência e o respeito ao outro. Dentro de uma perspectiva de alteridade, nos deparamos com gestores e professores comprometidos com as mudanças do status quo. Em relação aos alunos, percebe-se um comprometimento com o seu desenvolvimento pessoal e também um envolvimento em relação ao outro e a comunidade que o cerca.

## CONCLUSÕES

Embora não tenha sido possível detectar, nos programas/projetos, atividades sistematizadas, que buscassem o empoderamento, ficou claro nesse estudo que, a área da Educação Física Adaptada, contribui, significativamente, com vivências motoras que capacitam, empoderam e, ao mesmo tempo, proporcionam autonomia para essa prática que, se estendem ou ampliam para outros espaços no cotidiano desses alunos. Por isso é interessante destacar a existência nos projetos/programas de intervenções pedagógicas



inclusivas, ou seja, propostas contra hegemônicas que visam ampliar a participação crítica desses cidadãos que, como grupo, são considerados minorias e socialmente desfavorecidos.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 5ª ed. Lisboa-Portugal: Edições 70, 2011

CHICON, J. F.; SÁ, M.G.C.S. Práticas pedagogia inclusiva: considerações sobre a construção da subjetividade humana. In: CHICON, J.F.; RODRIGUES, G.M. (Orgs.). **Práticas Pedagógicas e Pesquisas em Educação Física Escolar inclusiva**. Vitória, ES: EDUFES, 2002. p.85-108.

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4ª ed., rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

HUTZLER, Y. **Attitudes toward the participation of individuals with disabilities in physical activity: A review**. *Quest*, Atlanta, v. 55, n. 4, p. 347-373, Nov. 2003.

MORAN, T. E.; TALIAFERRO, A. R.; PATE, J.R. **Confronting Physical Activity Programming Barriers for People with Disabilities: The Empowerment Model**. National Association for Kinesiology in Higher Education, p.396-408, 2014.

NEGRINI, A. Instrumentos de coleta de informações na pesquisa qualitativa. In: MOLINA NETO, V; TRIVIÑOS, A. N. S. **A pesquisa qualitativa em Educação Física**. Porto Alegre: UFRGS/SULINA, 1999.

PENSGAARD; SORENSEN M. **Adapted Physical Activity Quarterly**, 2002, 19, 48-67, Human Kinetics Publishers, 2002.

SILVA, C.; HOWE, D. **Difference, Adapted Physical Activity and Human Development: Potential Contribution of Capabilities Approach**. *Adapted Physical Activity Quarterly*, v.29, n.1, p. 25-43, 2012.

THOMAS, J.R.; NELSON, J.K.; SILVERMAM S.J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 6ªed. Porto Alegre, Artmed Editora, 2011.

TURATO, E.R. **Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa**. *Rev. Saúde Pública*, v.39, n.3, p.507-14, 2005.